

Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Governador Brizola, o Master e o conflito na Fazenda Sarandi, 1960-1962.

João Carlos Tedesco¹
Joel João Carini²

Resumo

O trabalho analisa o conflito agrário na Fazenda Sarandi, capitaneado pelo Governador Leonel Brizola e lideranças do PTB do norte do Estado. O Movimento Master, no início da década de 1960, foi expressivo na luta pela terra no Rio Grande do Sul. Busca-se centrar a análise em torno da figura do governador Brizola, a liderança regional do Prefeito de Nonoai Jair Calixto, dos intelectuais do PTB, do papel da Igreja Católica, bem como de facções políticas no interior do Movimento.

Palavras-chave: Movimento social, Master, Igreja Católica.

Abstract

The work analyses the land conflict in the Sarandi Farm, located in the north of Rio Grande do Sul State, commanded by Leonel Brizola governor and local PTB leaderships. To begin 60's the Master Movement was expressive in the land struggle in this State. Search it focus the analysis around the Brizola governor, the regional leadership of Municipality of Nonai Mayor, Jair Calixto, of the PTB intellectuals, of the role of Catholic Church as so political factions inside of Movement.

Key-words: Social Movement, Master, Catholic Church.

Considerações Iniciais

No presente texto, pretendemos fazer uma breve interpretação histórico-sociológica da atuação do Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra – 1960-64) no norte do Rio Grande do Sul, especificamente no evento denominado: “Movimento de Capão da Cascavel”, ocorrido no mês de janeiro de 1962, próximo a atual cidade de Ronda Alta/RS, movimento que resultou na desapropriação da Fazenda Sarandi no norte do Estado, pelo então governador Leonel de Moura Brizola, um latifúndio com área, na época, de cerca de 22.000 ha pertencente a estancieiros e industriais uruguaios.

O quadro fundiário na região

No final dos anos 1950 o norte do Rio Grande do Sul, especialmente a região de abrangência dos agricultores envolvidos no Movimento de Capão da Cascavel, apresentava um quadro fundiário de forte crise. O estoque de terras devolutas usadas para colonização já se esgotara no começo dos anos 1940, quando se formaram os últimos *fronts* no interior das

1 Prof. UPF

2Doutorando UFRGS

reservas indígenas – especialmente de Serrinha, Nonoai, Ventarra – e iniciara a diáspora de gaúchos em direção ao oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná (CARINI, 2005).

Na região de Ronda Alta, então pertencente ao município de Sarandi, no início dos anos 1960, a Fazenda Sarandi – área remanescente de uma antiga posse de mais de 70.000 ha, formada no século XIX – constituía um latifúndio, como já vimos, de mais de 21.000 ha de terras, espaiadas por campos e matos da região, sendo propriedade de empresas uruguaias, com sede em Montevideo. As terras eram arrendadas a vários agricultores e pecuaristas (RÜCKERT, 1997).

O evento de maior repercussão da primeira quinzena de janeiro de 1962 foi a Concentração Rural – de latifundiários -, realizada nos dias 06 e 07, na cidade de Santa Maria. O jornal *Correio do Povo* deu ampla cobertura ao evento patrocinado pela Farsul, tanto na divulgação da fase preparatória, quanto na publicação de trechos dos debates e das moções de apoio vindas da Assembléia Legislativa e de entidades diversas. Numa das edições, em manchete de capa, um jornal destaca: “Santa Maria, centro das atenções das classes produtoras, reuniu mais de 1000 convencionais”. No primeiro dia do encontro, os discursos já deixavam transparecer a preocupação dos ruralistas com a questão da Reforma Agrária: “Não somos um acampamento de reacionários, disse o orador oficial das delegações, desejamos uma Reforma Agrária, mas, sem emoções, paixões subalternas ou interesses escusos”.³

O Master se consolidou, institucionalizou-se e ganhou visibilidade entre os anos 60 a 64. Porém, sua articulação não é meramente conjuntural e nem regional; havia uma correlação e uns fios que se teciam já por alguns anos coligados com mediações das Ligas Camponesas e com a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), entidades essas de pouca repercussão no solo gaúcho até então, mas que contribuíram para legitimar ações reivindicativas em torno da questão fundiária e dos grandes problemas vividos por peões, assalariados rurais, agregados, arrendatários, pequenos camponeses, dentre outras formas de expropriação. Estratégias de ocupação de terras, organizações sindicais rurais já vinham se constituindo e inserindo em suas diretrizes ações de justiça em torno da terra no Estado. A proliferação de ações em torno da mesma e sua dimensão politicamente aceita em nível político e, em grande parte, social, expressavam a preocupação de entidades, agremiações políticas, no caso em especial o PCB e o PTB, com a concentração da propriedade, com o aumento do minifúndio, com o esgotamento da fronteira agrícola no Estado, aliada a crise do trigo, da pecuária, o começo da cultura da soja e suas políticas de alteração produtiva, a

³ Jornal *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07 jan. 1962. p. 44

intensa presença de peões, assalariados, parceiros, pequenos proprietários, assalariados rurais, meeiros, arrendatários, agregados, posseiros, filhos de pequenos agricultores (o Censo de 1960, indicava a existência de 297.814 agricultores sem terra no RS).⁴

Segundo Eckert, o Movimento se consolida em 1960 por ocasião de uma tentativa de retomada de uma área de 1.800 ha no interior do município de Encruzilhada do Sul que há 50 anos estava em poder de 300 famílias de posseiros. O proprietário, após quase 40 anos sem reclamar da propriedade, começa a exigir dos posseiros cobrança pelo uso da terra, induzindo-os e coagando-os a comprar a terra sob pena de serem despojados. A reação foi imediata. Vários mediadores, dentre eles, Ruy Ramos, Paulo Schilling e Milton Serres Rodrigues, pertencentes ao PTB, passam a pleitear junto ao governo do estado uma solução. No início, buscou-se uma solução política e jurídica para apenas uma parte da área em litígio (ECKERT, 1984). Esse movimento foi o que desencadeou a possibilidade de organização; porém o da Fazenda Sarandi e o do Banhado do Colégio em Camaquã (esse repercutiu por ser uma imensa extensão de terra pública – em torno de 50.000 ha – na qual o estado estava fazendo grandes investimentos em obras de saneamento e de irrigação) foram os mais expressivos no período pela forte vinculação com o governador Brizola que ambos expressavam.

A ocupação da Fazenda Sarandi

Como já frisamos a dita Fazenda Sarandi foi palco de muitas controvérsias em torno de seu tamanho, em torno dos grandes conflitos que constituíram sua história, em torno dos grandes expoentes do capital que investiram nela, sejam madeireiras, grandes arrendatários e proprietários fundiários (dentre eles Ari Dalmolin, grande latifundiário, presidente da Coopasso, da Fecotrigo, dentre outras entidades representativas dos grandes interesses agropecuários no estado) e camponeses, sem terra em suas várias identificações sociais no meio rural (assalariados rurais, agregados, meeiros, pequenos arrendatários, etc) que viam na mesma uma possível solução para os problemas agrários da região. Grupos políticos e de lutas sociais pela terra vão acompanhando e mediando esses processos, produzindo, ao mesmo tempo, outros grupos de resistência e contraposição.

Baseado em boatos, como reconhece o referido Jornal abaixo, o início do Movimento na referida Fazenda, no local chamado Capão da Cascavel, é descrito sob a ótica da mediação das Ligas, ao mesmo tempo sob a ótica do voluntarismo e da irracionalidade e do reconhecimento da existência do problema fundiário na região:

⁴ Cf. Jornal *Correio do Povo*. Porto Alegre, 3 jan. de 1962.

Concentração de elementos da “Liga Camponesa” de Nonoai, em Ronda Alta

A reportagem colheu informes de que, ontem, diversas famílias tinham vindo de Nonoai, fixando-se em Ronda Alta no Município de Sarandi – famílias estas que pertenceriam às chamadas Ligas Camponesas.

[...] Segundo consta, narrado por pessoas que vieram de Ronda Alta, encontram-se, já no dia de hoje, mais de 600 pessoas no referido local. “Reclamam pelas terras de Sarandi, ao que parece” – disse-nos um dos que informaram. [...]. Consoantes alguns informes, essa concentração de pessoas pretende realizar algo parecido com o chamado “Cimarron”, nos Estados Unidos, quando o Estado proclamava a existência de “terras devolutas”... Isto é, as famílias estão preparadas, a correrem em suas viaturas, o tomar posse das terras indicadas: o que chegar primeiro, apossa-se da terra que conquistou e que é de sua preferência. Segundos alguns informantes os colonos estão armados. Já outros dizem que não possuem armas. [...]

Infelizmente a reportagem não pode se locomover até Ronda Alta para a verificação exata dos fatos. De qualquer forma, acredita-se que já não se pode esconder a gravidade da situação criada em Nonoai que agora, se reflete sobre o Município de Sarandi.⁵

O acampamento, utilizando a estratégia da beira da estrada, para não viabilizar a justificativa de retirada pro invasão da propriedade, começou no dia 11 de janeiro com 300 pessoas, no dia 13 já se contabilizava mais de 1.300. A capacidade de mobilização, aliada a algumas figuras mediadoras do PTB na região, bem como a intensa demanda pela terra na região, causou impressão e impacto em todos os setores da comunidade gaúcha, os quais, em geral reconheciam o problema e apelavam para solução na esfera pública.

A organização do acampamento de Capão da Cascavel foi projetada a partir de Nonoai, terra do prefeito Calixto. A liderança e o carisma davam-lhe forte poder: “olha, o Calixto era uma figura folclórica e muito ligado à pobreza. (...) era pessoa folclórica, mas, tinha também uma forte liderança, principalmente no meio da caboclada. Era o Deus da caboclada”.⁶ Assim, Nonoai se torna o ponto de articulação e a principal base de apoio ao movimento. Os agricultores foram recrutados por Calixto e Chiquinho, os quais mandavam emissários em todas as casas:

⁵ Jornal *O Nacional*, Passo Fundo, 11 de Jan. 1962, p. 1.

⁶ RIBEIRO, João Manuel. Entrevistado por Joel João Carini. Ronda Alta/RS, 27 de fevereiro de 2006. O entrevistado é aposentado, 64 anos, foi prefeito de Ronda Alta em duas legislaturas (a terceira e a quinta), a primeira vez foi eleito pelo MDB e a segunda pelo PDT; vereador em três legislaturas, a primeira vez pelo MDB e as outras duas pelo PDT. Além disso, foi secretário municipal nos municípios de Sarandi e Constantina. No movimento de Capão da Cascavel, colaborou no recrutamento dos sem terra da região de Ronda Alta e na assessoria à Calixto.

- Nós avisemo que ia passá o caminhão. Daí viemo aí em Ronda Arta, no dia 10 de janeiro prá amanhecê dia 11. A gente olhava prá trás e via aquela enorme fila de caminhão cheio de gente.⁷

- Um vizinho avisava o outro. Naquela época era muito difícil. As pessoas tinham medo dessas coisas. Então a gente saía convidando, sabia que um não tinha terra, ia lá e convidava. Este já indicava um outro... A gente ia formando grupos, desde Nonoai. Saímos de Nonoai numas 100 famílias, quando chegamos em Ronda Alta tinha mais outro tanto...”.⁸

Por sua vez, o governador Brizola procurou mostrar à opinião pública que o ato partira exclusivamente da iniciativa de Calixto e de seus asseclas, ainda que o governo estivesse de acordo com “um movimento pacífico”. É o que se depreende pela matéria:

“Informa-se, outrossim, que em face da comunicação feita pelo prefeito Ivo Sprandel às autoridades estaduais, o governador Leonel Brizola teria mandado chamar a esta Capital o prefeito de Nonoai, sr. Jair Calixto, a fim de inteirar-se da situação reinante em seu município e, se fosse o caso, para “moderar os ímpetus reformistas” de S. S.a do qual, como se sabe, o chefe do Executivo é parente próximo.”⁹

As preocupações de Brizola com a ordem pública, com a possibilidade de ideologização do movimento ou em fazer com que o movimento não se parecesse comunista, revolucionário ou subversivo eram constantes:

“Isto não é invasão, Calixto... Que ninguém meta o pé além do alambrado! Quero que respeitem as propriedades particulares. Cuida para não entrar no grupo algum agitador. O que nós precisamos é criar um clima social pacífico, para facilitar a desapropriação” (CASALI, 2005: 142).

Jornais mostravam que Brizola orientava determinadas invasões em várias partes do estado e determinava que fossem plantadas cruces no centro do acampamento “para que mais tarde não nos chamassem de comunistas”.¹⁰

Uma das estratégias para a criação de um “clima social pacífico”, segundo os nossos entrevistados, era conquistar o apoio da Igreja Católica, até aí bastante reticente e, em certos casos, abertamente contrária ao movimento, como se verá a seguir.

⁷ SILVA, Francisco Santos da. Entrevista já informada.

⁸ SOARES, Valdomiro. Entrevistado por Joel João Carini, Linha Dona Carolina, Ronda Alta/RS, 27 de fevereiro de 2006. O entrevistado, com 64 anos, é agricultor, assentado em terras da Fazenda Sarandi.

⁹ Jornal *Correio do Povo*. Porto Alegre, 12 de jan de 1962, p. 14.

¹⁰ Jornal *O Rio Grande*. Porto Alegre, 23 a 30 de ago. 1979, n. 16.

“Quem tem terra vai com Cristo, quem não tem vai com Calixto” – A posição da Igreja Católica frente ao Movimento

No Rio Grande do Sul, a Igreja Católica estava concentrada nas mãos do arcebispo de Porto Alegre Dom Vicente Scherer, que havia assumido como arcebispo em 1947. Como um déspota, mantinha a maior parte do clero subordinado às suas ordens e fiel às suas teses, sendo sua principal obsessão a do “anti-comunismo”. Na mensagem de abertura do ano litúrgico de 1962, Scherer manifestou-se nos seguintes termos:

“Os vanguardeiros das forças de Moscou agem com disfarces, aliciando adeptos e ocupando posições...[...]. Não promovemos campanhas negativas de anticomunismo, mostramos os erros da ideologia marxista pelo debate dos princípios doutrinários em que se funda e pelo exame da experiência desastrosa que se está fazendo nos países já dominados pelas forças aguerridas do novo império colonialista”.¹¹

Sem parecer ser paradoxal ou ambígua, a oficialidade da Igreja Católica do período interviu nos movimentos sociais de luta pela terra ao mesmo tempo em que apoiava a pequena propriedade por ser ela, de acordo com a doutrina social, a garantia histórica da família, do familismo em torno do tripé terra, trabalho e família; as associações cooperativas e sindicais, essas concebidas como assistenciais e prestadoras de serviços, seriam agregadoras de ações coletivas e comunitárias para além de dimensões classistas, de representação partidária. Com isso, a Igreja mantinha o controle ideológico dos sindicatos, entendia libertar a família e a propriedade dos males das doutrinas marxistas. O surgimento da FAG, sob influência da Encíclica *Mater et Magistra* de João XXIII, bem como a *Populorum Progressio* de Paulo VI e dos próprios documentos do Concílio Vaticano II, dentre eles o *Gaudium et Spes*, dá-se com essas intenções.

Com o propósito de dar ainda mais ênfase ao caráter religioso, o acampamento foi batizado com o nome do Papa João XXIII. Logo na entrada foi identificado por uma faixa: “Acampamento João XXIII”. Porém, somente isso não bastava. Era necessária a presença do padre para rezar missa, dar a bênção aos barracos. Assim em 14 de janeiro, domingo, o padre de Sarandi esteve no acampamento para rezar missa para os acampados.

A correlação entre o “ser cristão” e o “não ser comunista” dava ao movimento, segundo os entrevistados, um caráter de movimento “ordeiro”, “pacífico” e limitado à reivindicação de um pedaço de terra. Isso é perceptível nas palavras de um dos assentados,

¹¹ Jornal *Correio do Povo*. Porto Alegre, 03 jan. 1962, p. 7.

nosso entrevistado: “Eles falavam no tal comunismo. Mas, na realidade não era um movimento comunista. Por que nem nós aceitava o tal comunismo. Nós queria terra, por que nós era agregado e a vida de agregado não era fácil”.¹² O registro encontrado na obra de Casali sobre o discurso de Brizola, em visita ao acampamento em 15 de janeiro de 1962, também é elucidativo nesse aspecto:

Aí Brizola perguntou: “Quem é cristão, levante o braço!”...Todo mundo explodiu num delírio, levantando os braços. Enquanto isso, um gritou: “Taí o padre que rezou a missa com nós ontem, aqui na capelinha!”; “E agora, quem for comunista que erga a mão!” Silêncio total. E novo delírio! (CASALI, 2005: 151).

Os ideólogos da FAG, dentre eles D. Edmundo Kunz, reconheciam os humildes e indefesos lavradores no campo, porém, como a questão da terra estava em evidência no contexto nacional, era importante livrá-los dos “lobos marxistas e dos agitadores do Master”, apresentando uma alternativa dentro do “contexto cristão”. A Igreja reconhecia a concentração da terra, porém nada podia fazer, pois lhe atribuía ao desenvolvimento e incorporação da técnica, ou seja, o fator técnica e capacidade de percepção e adoção da mesma lhe dá legitimidade e explicação (ECKERT, 1984).

Em fim, a “terra prometida”

O desfecho do movimento de Capão da Cascavel deu-se com a desapropriação de uma área de 21.889,14 ha, através do Decreto Estadual nº 13.034 de 13 de janeiro de 1962, abrangendo a Agropecuária Lucena S. A., com 6.151,28 ha; a Ganadero Horácio Mailhos, com 7.087,86 ha e a Estância Júlio Mailhos, com 8.650,00 ha (CASALI, 2005: 155).

Encerra-se o caso dos sem terra em Nonoai
Integra desapropriação da “Fazenda Sarandi” e seus considerandos.
O Governador Brizola assinou, sábado o Decreto 13.034 declarando de utilidade pública para fins de desapropriação por interesse social, as três fazendas do Sarandi. A área a ser desapropriada eleva-se a 24.239 hectares de terras e matos. Acentua o documento que o movimento dos “agricultores sem terra”, que motivou o ato do governo, não se afastou da ordem, conservando sempre o caráter pacífico. [...].¹³

No discurso em que Brizola comunicou a desapropriação da Fazenda Sarandi, o mesmo diz que “quero cumprimentar a todos e felicitar, pela forma ordeira e pacífica com que se conduziram, por que a causa da reforma agrária é justa, e por isso, devemos empregar os

¹² SOARES, Valdomiro. Entrevista direta já informada.

¹³ Jornal *O Nacional*. Passo Fundo, 16 jan., 1962, p. 4.

meios justos. A criação das Associações de Sem Terra tem o meu apoio. Eu vos felicito pela ordem e pela alta moral do acampamento. A partir de hoje está desapropriada a Fazenda Sarandi e daqui não sairá mais um pau de lenha. A força da Brigada Militar está aqui para assegurar essa ordem”.¹⁴

No mesmo dia da desapropriação pelo governador Brizola, representantes dos colonos e de mediadores, dentre os quais, em maioria, do PTB, reuniram-se e lançaram um manifesto intitulado “Proclamação dos Lavradores do Capão de Cascavel”, no qual insistia-se na organização dos agricultores do RS para viabilizar uma organização em nível de estado e de país que congregasse os interesses dos agricultores, um apelo ao necessário apoio de entidades regionais, a agregação de operários e estudantes e todos os interessados em lutar, por meios legais, pela aprovação da reforma agrária, dentre outras questões, o qual reflete a influência de mediadores variados, misturando, também intenções variadas, mas, ao mesmo tempo, todas convergindo para o problema fundiário no Estado e a necessária democratização do acesso a terra pelos camponeses (ECKERT, 1984).

Desde sua origem, o movimento de Capão da Cascavel constituiu-se num plano articulado de uma forma ou de outra com a participação do governador Brizola, dentro de uma concepção paternalista e sempre com a preocupação em torno da ordem. A análise das fontes, sobretudo das entrevistas, dão a entender que a terra fora prometida e distribuída como um “gesto de benevolência” do governo Brizola, muito mais do que como resultado de uma ação coletiva, ainda que tenha havido organização e mobilização do grupo.

Vários acampamentos tiveram desfechos variados, metodologias de ação das partes (governo, Movimento e proprietários), com violência ostensiva ou não, represálias ou não de ruralistas, da Brigada, da Farsul, de participação pública, de apoio social. Dentre esses, no período em questão, estão os acampamentos de Cruz Alta, Giruá, Taquari, Gravataí, Itapoá, São Francisco e Paula, Santa Maria, Camaquã, Tupanciretã, Sapucaia...

Eckert coloca que terras foram desapropriadas e distribuídas pelo governador Brizola, outras adquiridas e não distribuídas, outras foram cedidas, outras, no fim de seu mandato estavam em vias de serem adquiridas e não o foram mais com o governo Meneghetti, mas sempre insistimos que muitas das terras foram distribuídas em reservas indígenas (Votouro, Guarani, Nonoai, Serrinha...). Dificuldades jurídicas, financeiras, políticas (correlação de forças e pela ruptura radical de sua política no governo que o sucedeu...) deixaram ou fizeram

¹⁴ Jornal *Terra Livre*, n. 107, jan., de 1962, apud ECKERT, C., op., cit., p. 107.

com que a “reforma agrária do Brizola” ficasse muito aquém do aparentemente possível (ECKERT, 1984).

Não obstante, não há dúvida em afirmar que o Movimento se fortaleceu enquanto núcleo de luta pela terra, pelo sindicalismo, nas suas relações com outros movimentos e lutas sociais sejam elas rurais ou operárias, legislação no campo, suas lutas em correspondência com o que se desenvolvia no país em torno de preços, produtividade, custos, mercado, crédito, etc.

Referências bibliográficas

- BANDEIRA, M. **Brizola e o Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BRUM, A. **O Desenvolvimento econômico brasileiro**. 17ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes; Ijuí/RS: Editora Unijuí, 1997.
- CARINI, Joel João. **Estados, índios e colonos: o conflito na Reserva Indígena de Serrinha – Norte do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2005.
- CASALI, J. A. **Memórias de Brizola – O guerreiro do povo brasileiro**. Erechim/RS: Gráfica São Cristóvão, 2005.
- ECKERT, C. **Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1984. Dissertação.
- GEHLEN, I. **Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi**. Porto Alegre: UFRGS, 1983. Dissertação.
- RÜCKERT, A. (Coord.) **A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1827/1931**. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.
- SOUZA, J. F. de. **A democracia dos movimentos sociais populares: uma comparação entre Brasil e México**. Recife/PE: NUPEP/ Editora Bagaço, 1999.